

SEMINÁRIO INTERNACIONAL APRIMORA PROJETO DE LEI DO VEREADOR ESPECIALISTAS DISCUTEM UM CÓDIGO AMBIENTAL E UMA SÃO PAULO SUSTENTÁVEL



Vereador Chico Macena em Seminário Internacional sobre o Código Ambiental.

Seminário internacional realizado em maio deste ano reuniu ecologistas, urbanistas e especialistas que tratam das questões ambientais da cidade para debater o Código Ambiental do Município, projeto de lei do vereador Chico Macena que cria mecanismos de controle para a conservação, defesa e melhoria do meio ambiente.

Os eventos patrocinados pela Petrobrás e promovidos pelo Espaço Mamberti de Cultura, foram realizados em várias regiões da cidade com o apoio de universidades, e contaram com a presença do vereador e representantes regionais que trabalham a questão do meio ambiente.

Após a série regional dos debates, foi realizado o seminário Internacional sobre o Código Ambiental que trouxe experiências de outras regiões do país, como a da cidade de Manaus, apresentada pelo secretário do Meio Ambiente de Manaus, José Marcelo Dutra, que explicou o funcionamento da lei em sua cidade, e a do Estado do Rio de Janeiro,

apresentado pelo deputado estadual, André do PV, que relatou o processo de construção do Projeto Lei na Assembléia do Rio de Janeiro.

Após a série de debates, o projeto foi refeito com as sugestões obtidas nos encontros e espera-se que a proposta seja debatida em plenário da Câmara em agosto. “Este projeto de lei consolidará as legislações ambientais e ajudará a população a entender melhor o funcionamento e a relação delas na sociedade. Não queremos mais uma lei que não saia do papel. São Paulo precisa de regras claras que evitem a degradação e preservação do meio urbano.”, explica o vereador Chico Macena.

Para o membro da ONG Espaço Mamberti de Cultura, Ronaldo Tonobohn, o código ambiental precisa ser aprovado rapidamente na Câmara, “não é normal que a cidade reaja às chuvas fortes com enchentes, e que os rios da cidade nasçam poluídos. Precisamos de educação, legislação e fiscalização”, comenta Tonobohn.

VEREADOR SOLICITA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO PARQUE ECOLÓGICO DO TIETÊ

A proposta da criação desta Frente Parlamentar é estimular a promoção de atividades que visam colher subsídios para desenvolver e orientar políticas específicas, voltadas à defesa do Parque Ecológico do Tietê como seminários, audiências públicas, etc.

O Parque Ecológico do Tietê possui uma área total de 14 milhões de metros quadrados divididos em dois núcleos: O

Centro de Lazer Engenheiro Goulart, na Zona Leste e a Ilha do Tamboré, na Zona Oeste.

A iniciativa partiu do vereador Chico Macena (PT) que explica: “A existência desta APA é importante, pois o que vemos é a proliferação de indústrias, residências e loteamentos clandestinos no entorno do rio e do parque”, afirma o vereador.



VEREADOR APRESENTA PROJETO DE LEI QUE REDUZ IMPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS

O vereador Chico Macena apresentou o projeto de lei que prevê isenção de tributos municipais para a construção de moradias em programas de interesse social dos governos federal, estadual e municipal. O projeto é uma medida complementar aos programas habitacionais e visa baratear as construções na cidade. O déficit habitacional na cidade de São Paulo, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, é de cerca de 1,5 milhão de moradias.

O PL cria isenções de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto Territorial Urbano (IPTU), este último, durante o período de construção. “Esta medida auxiliará, ainda mais, o avanço de projetos habitacionais como o “Minha Casa, Minha Vida” e outros programas dos governos estadual e municipal”, afirma o vereador, autor da proposta.



Coordenação: Marilu André e Diane Costa.

Entre em contato com o vereador

www.chicomacena.com.br / chicomacena@camara.sp.gov.br

Viaduto Jacaré, 100 - 4º andar, sala 418 - Centro - 01319-900 Tel.: (11) 3396-4236

DE OLHO

Chico Macena

A cidade de São Paulo tem sofrido nesses últimos anos com as ações de desmantelamento das políticas sociais. Políticas essas que foram implementadas no governo do PT e, desde a gestão Serra - e agora com as ações do governo Kassab-, são atacadas de forma a não deixar nenhum vestígio das conquistas que a sociedade paulistana obteve.

Durante a última campanha eleitoral o que presenciamos foram enxurradas de promessas. Todavia, o que vemos na verdade hoje é a cidade paralisada. Se verificarmos as promessas e compararmos às ações, constatamos que os serviços de saúde não funcionam e não há perspectivas de melhora em curto prazo. Quanto ao transporte público, o sucateamento da frota e a péssima qualidade

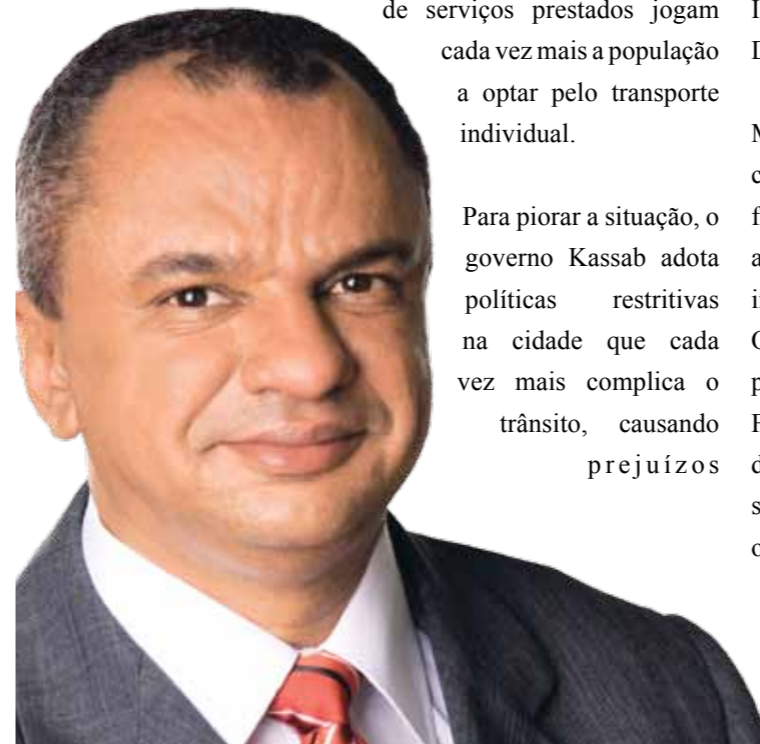
de serviços prestados jogam cada vez mais a população a optar pelo transporte individual.

Para piorar a situação, o governo Kassab adota políticas restritivas na cidade que cada vez mais complica o trânsito, causando prejuízos

a hipótese de regulamentação do serviço. Outras promessas, como a expansão do Metrô, agora foram “transferidas” para o Expresso Tiradentes, que se utiliza de verbas de financiamento do governo federal para entregar à população um serviço inferior ao prometido.

A centralização administrativa tem sido outra marca do governo DEM/Tucano na cidade. As subprefeituras foram transformadas em grandes zeladorias regionais e utilizadas como barganha política para a campanha de 2010. Um grande número de ex-prefeitos foram acionados para administrar regiões da cidade que sequer conhecem. Os interesses do mercado se sobressaem nesse governo em detrimento à qualidade de vida da população. Isso pode ser verificado quanto ao processo de revisão do Plano Diretor, que agora está em sua fase de aprovação.

Mesmo com os questionamentos da sociedade civil organizada, com manifestação e ações públicas, o governo mantém uma ampla frente na Câmara Municipal de São Paulo para que a revisão seja aprovada garantindo, com isso, os interesses dos grandes grupos imobiliários, haja visto o que aconteceu com o projeto Nova Luz. Ou seja, estamos diante de um governo que adota as mesmas práticas neo-liberais que vivenciamos nos oito anos do governo Fernando Henrique e que estamos presenciando nas sucessões dos governos tucanos no Estado de São Paulo. Esse debate deve ser ampliado na sociedade paulistana, pois necessitamos discutir os direitos de cada cidadão a sua Cidade.



Vereador Chico Macena

CHICO MACENA ESTÁ CADA VEZ MAIS PERTO DE VOCÊ

Com apenas um click você tem acesso às informações do mandato e fica por dentro da atuação do vereador por toda a cidade.

Aqui você encontra notícias, galeria de fotos, a biografia do vereador, os projetos e leis aprovadas por meio do mandato, além do Blog do Plenário, onde Chico Macena interage com os internautas. Basta acessar e participar da luta por uma cidade melhor.



www.chicomacena.com.br

PELO DIREITO À CIDADE

GOVERNO KASSAB ELIMINA DIREITOS CONQUISTADOS PELOS MORADORES

VEREADOR CRITICA RESTRIÇÃO DOS FRETADOS



A imposição de projetos na cidade sem discussão popular está sendo uma marca da prefeitura de São Paulo. A restrição dos fretados é um exemplo disso. Esta medida desrespeitou o acordo estabelecido entre o Executivo e a Câmara Municipal de que a regularização do transporte desse tipo seria feita pelo envio de um projeto de lei com ampla participação da sociedade na discussão.

Chico Macena não tem dúvidas de que o

caminho a ser tomado é o da regulamentação, e não o da restrição. “Proibir jamais porque nós consideramos o fretado também um transporte público. Está sob a fiscalização da prefeitura e, se for regulamentado, gera imposto e presta serviço. Ao contrário de restringido, deveria ser estimulado dentro de algumas regras”, afirma e completa “o usuário deste serviço, que tem poder aquisitivo maior, vai acabar usando o carro, o que vai afetar, ainda mais o trânsito”.

VEREADOR LUTA CONTRA AS ALTERAÇÕES NO PLANO DIRETOR DESENVOLVIMENTO DA CIDADE SERÁ PREJUDICADO COM A PROPOSTA DE REVISÃO DA PREFEITURA

Uma das discussões mais importantes em trâmite na Câmara é a revisão do Plano Diretor Estratégico. O vereador Chico Macena, junto com 175 entidades civis, se posicionaram contra o projeto de revisão proposto pela prefeitura, dado à gravidade das mudanças propostas pelo Executivo que retira artigos que se referem às políticas sociais, tais como educação e saúde, transformando o Plano numa regulação do uso e ocupação do solo, sem políticas de desenvolvimento que reorganizem a cidade.

O projeto do Executivo, que é uma nova lei e não uma revisão, quer impor medidas que permitem a ocupação de lotes em bairros já saturados na cidade, adensando ainda mais estas regiões, e ainda cria políticas que ocasionarão piora no trânsito e impermeabilidade do solo. Outra grave mudança é retirada de artigos que tratam dos percentuais de áreas destinadas às Zonas Especiais de Interesse Social, que impedirá a construção de moradias populares e acentuará a migração da população de baixa renda para regiões periféricas. – lugares sem estrutura e serviços.

“É o direito à cidade que está sendo restringido para parte das pessoas que aqui vivem”, afirma o vereador Chico Macena que promete lutar para que as mudanças propostas não ocorram.



CRIANÇAS NÃO TÊM DIREITO À CRECHE

Durante a campanha eleitoral, o prefeito Gilberto Kassab prometeu zerar o déficit e, para ocultar o problema, a prefeitura não vem publicando os dados atualizados sobre as vagas que faltam, como manda a lei. De acordo com o último levantamento, capital tem um déficit de 110 mil vagas para crianças de 0 a 6 anos: sendo 71 mil em creches e 39 mil em pré-escolas.

Na espera da vaga, muitas crianças são cadastradas pelos pais meses depois de nascer e só conseguem acesso ao serviço público anos depois, já com idade de ir para pré-escola (4 e 5 anos) ou para o ensino fundamental (a partir de 6 anos). Em 2009, no total, cerca de 4.500 ações pleiteiam na Justiça o direito a uma vaga na rede municipal de ensino. As mães sequer tem conseguido fazer uma

inscrição numa creche. Com esta situação, milhares de crianças ficam sem o direito fundamental à creche e, suas mães, sem condições de procurarem um emprego para o sustento da casa.



PROJETO NOVA LUZ NÃO TEM DISCUSSÃO POPULAR



O Projeto de reurbanização do perímetro urbano conhecido por Nova Luz, foi apresentado à população pela Prefeitura, como uma proposta de revitalização da dita “cracolândia”. O Prefeito esqueceu que lá existe uma histórica ocupação feita por comerciantes (alguns na terceira geração) que construíram a marca “Santa Ifigênia”, conhecida no Brasil todo, uma referência no comércio de alta tecnologia, que agrega um valor, uma marca e uma identidade para aquela região da

cidade. O projeto de intervenção deve, portanto, ser debatido e construído com os moradores e comerciantes locais, para que se preserve a vocação daquela área e não permita que haja especulação imobiliária. Com a aplicação da Concessão Urbanística, as empresas concorrentes poderão aferir lucros na desapropriação e posterior venda dos espaços reurbanizados, o que não é admissível numa intervenção pública.

KASSAB EXPULSA MORADORES DE RUA DO CENTRO

Os albergues tradicionais do centro, por onde transitavam todos os dias parte dos 10,7 mil desabrigados da capital, foram fechados e, entidades assistenciais de atenção à população de rua classificam a atitude do governo Kassab como “higienista”. Em março, foi fechado o principal abrigo da região central, o São Francisco (no Glicério), com capacidade para 720 pessoas. Antes, o Centro de Acolhida Jacareí, na Bela Vista, já havia sido fechado.

Para quem vive nas ruas, a região central é crucial para o desenvolvimento de várias atividades como participar de cursos, ou conseguir trabalhos informais e ajuda de

anônimos. Os albergues da periferia, para onde a prefeitura transferiu o atendimento, não só não comportam estas atividades como acabam criando um problema de convívio entre os moradores de rua e os do bairro, já que a estrutura dos albergues periféricos não comportam atividades durante o dia. Para Adriano da Silva Pereira, 28 anos, usuário do albergue, os albergues na periferia não funcionam. “Quem quer ir para São Mateus, ou para São Miguel se lá não tem nada?”, afirma Adriano, que desde o fechamento dos albergues do centro vive nas ruas, próximo ao Pátio do Colégio.



KASSAB SERRA ÁRVORES CENTENÁRIAS NA MARGINAL TIETÊ

Árvores centenárias foram retiradas das margens do Tietê, onde será implantada a Nova Marginal. Foram mais de 559 árvores centenárias e toda a remoção foi autorizada pelo prefeito Kassab.

O governador Serra admite publicamente que esta obra não resolverá os problemas do trânsito de São Paulo, que apenas “aliviaria”. A obra terá um custo de R\$ 1,3 Bilhões e o governador admite que não resolverá o problema, além de promover o corte de árvores centenárias, esta obra

irá diminuir a permeabilidade do solo, aumentar as enchentes, desapropriar imóveis e remover famílias. Todo este impacto ainda contribuirá para o aumento da poluição.

Uma ação civil pública suspendeu as obras de ampliação da via Marginal do rio Tietê devido a mesma não constar no Plano Diretor do Município e por não ter sido debatida com a sociedade. O impacto ambiental da obra também não foi devidamente discutido.

